



GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais – Trabalho 1015

## CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Mônica Romitelli de Queiroz - IFRJ/PUC-Rio

Cláudia Miranda - UNIRIO

### **Resumo**

O texto faz uma aproximação aos conceitos advindos dos Estudos Críticos da Branquitude para pensar os dados preliminares de uma pesquisa de doutorado, realizada em uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro, em um curso de graduação de alto prestígio social, com a finalidade de conhecer as percepções de professores e gestores sobre eventuais transformações, na instituição e no curso, engendradas pela adoção de políticas de ação afirmativa de recorte racial. A análise inicial do material de pesquisa indica a presença de percepções e argumentos que podem ser correlacionados aos valores e estratégias atribuídos à identidade branca quando investida, consciente ou inconscientemente, com a manutenção do lugar de privilégio racial, econômico e político branco, ou seja, com características atribuídas à branquitude. O texto pretende, em última instância, contribuir para o debate, com vistas a uma educação democrática e antirracista.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas, branquitude, educação superior, racismo.

### **Contextualização**

No meio universitário, à semelhança do que ocorre em outros setores da sociedade brasileira, têm sido relatados casos de racismo, discriminação e preconceito<sup>1</sup>. A partir da adoção de políticas de ação afirmativa<sup>2</sup> de recorte racial para acesso aos cursos de

---

<sup>1</sup> A busca na Internet (Google) por “racismo nas universidades brasileiras” retornou 2.480 resultados, dentre textos científicos, notícias de jornais, eventos, etc. (Acesso em 07-12-2016). Em páginas de coletivos de estudantes negros, em uma rede social, denúncias de casos de racismo contra estudantes não-brancos são comuns. Os dados cobrem o período de 2014 e 2016, fazendo parte da tese de doutorado em andamento.

<sup>2</sup> Ver Machado e Silva (2010, p.30) para informações sobre políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais, a partir da aprovação de leis pelas Câmaras de Deputados locais no início dos anos 2000. A Lei nº. 12.711/12, ou “Lei das Cotas”, estabeleceu a reserva de 50% de vagas nos cursos de graduação e do ensino médio ofertados por Universidades e Institutos Federais, para estudantes oriundos de escolas

graduação, um novo perfil de estudantes não-brancos<sup>3</sup> passou a ocupar os assentos nas universidades públicas brasileiras, em proporções nunca antes observadas, dando visibilidade às situações de opressão vividas no cotidiano acadêmico.

Os dados nacionais sobre a desigualdade de escolarização da população brasileira indicam que as oportunidades educacionais em nível superior, historicamente, favoreceram aos estudantes brancos, em detrimento de pretos e pardos (BRASIL, 2015). Em 2015, a proporção de pessoas que frequentava o ensino superior na faixa de idade recomendada para esse nível de ensino<sup>4</sup>, entre 18 a 24 anos de idade, era de 18,4%, contra 11,4%, em 2005. Apesar dos avanços conquistados em uma década, a análise da distribuição por cor/raça expõe a desigualdade embutida no interior de cada grupo populacional: enquanto 26,5% do total de estudantes brancos nessa faixa etária frequentava o ensino superior, apenas 12,8% do total de estudantes pretos ou pardos cursava o mesmo nível de ensino, uma proporção menor do patamar de 17,8% que fora alcançado pelos estudantes brancos 10 anos antes.

Os determinantes raciais da desigualdade foram evidenciados por Hasenbalg (1979), que apontou o ciclo de desvantagens cumulativas a que estariam expostos os brasileiros não-brancos ao longo das diferentes fases do ciclo de vida individual, uma vez controladas as variáveis como origem social e renda familiar. O autor estabeleceu um elo entre discriminação e desigualdades raciais, ao demonstrar que as consequências da discriminação racial iam além da estratificação social, com efeitos indiretos na motivação e as aspirações dos sujeitos pretos e pardos.

No mesmo período histórico em que as pesquisas de Carlos Hasenbalg eram conduzidas, o processo de redemocratização do país ganhava força, ao final dos anos 1970, possibilitando a lenta reestruturação<sup>5</sup> dos movimentos negros<sup>6</sup> e a retomada de suas agendas políticas, em especial a luta pelo acesso equânime à educação de qualidade e a denúncia do racismo enfrentados pela população negra, incluindo a busca por

---

públicas que preencham os critérios de renda e/ou raça e etnia, respeitada a proporção de pretos, pardos e indígenas na população do Estado, com base no último Censo Demográfico do IBGE.

<sup>3</sup> O termo “não-branco” se refere ao conjunto de indivíduos autotclassificados como pretos e pardos, a partir das categorias de cor de pele do IBGE (HASENBALG, 1979, p.217).

<sup>4</sup> A taxa líquida de matrícula no ensino superior indica o total de jovens entre 18 a 24 anos matriculados em cursos de graduação, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária no grupo social, excluindo as que já completaram esse nível de ensino (IBGE, 2014).

<sup>5</sup> Antes da década de 1970, outros movimentos negros surgiram em diferentes momentos históricos e com diferentes propósitos, tais como a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944. Ver Nascimento (2004).

<sup>6</sup> A partir dos referenciais teóricos utilizados, entendemos que os movimentos negros são diversos, tanto em termos temporais, quando em suas opções políticas.

oportunidades educacionais mais igualitárias no ensino superior (GUIMARÃES, 1999; 2012; MOEHLECKE, 2002; MUNANGA, 2012; PAIVA, 2010). Não sem resistência, diversas conquistas foram materializadas nas Leis nº 10.639/03<sup>7</sup> e nº 12.711/12, dentre outras políticas públicas direcionadas à ampliação da oferta e à expansão das vagas nas instituições federais de ensino superior<sup>8</sup>.

Entendidas como incentivos temporários aos grupos sociais em situações de desvantagem social (MOEHLECKE, 2002), a adoção de políticas afirmativas de recorte racial encontra justificativas históricas atreladas à função das universidades e ao modelo de colonização português empreendido no Brasil (CHARLE; VERGER, 1996; PINTO, 1962). Nessa lógica, o ingresso de jovens brancos no ensino superior, advindos dos estratos sociais mais altos, foi privilegiado, por mecanismos de admissão dos anos 1910<sup>9</sup> (BARROS, 2014) e pelo modelo de vestibular<sup>10</sup> dos anos 1960 (GATTI, 1992). Desde a adoção de políticas de ação afirmativa nas Instituições de Ensino públicas, no início dos anos 2000, seguida da criação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2009, e implantação da Lei 12.711, em 2012, uma lenta e crescente democratização do acesso ao ensino superior tem sido observada (BRASIL, 2015).

Contudo, as polêmicas em torno da adoção de políticas de ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação em universidades estaduais, no início dos anos 2000, tomaram a sociedade e a mídia, polarizadas em torno da discussão sobre a origem da desigualdade educacional brasileira, se social ou racial. Baseados em diferentes paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil, intelectuais da academia lançaram mão de argumentos baseados na inexistência de racismo, no risco de imposição de uma identidade racial bipolar à sociedade, na ameaça à tradição da mestiçagem e da harmonia social, da possibilidade de acirramento de conflitos inter-raciais, dentre outros (DAFLON; FERES JUNIOR; CAMPOS, 2013; FERES JUNIOR; CAMPOS, 2013; MAGGY; FRY, 2004). O debate foi ampliado para a esfera pública federal, na medida em que se vislumbrava a implantação dessas políticas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) - universidades e institutos federais.

---

7 A Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas, públicas e particulares, na Educação Básica e Superior.

8 Ver informações: REUNI em <http://reuni.mec.gov.br/>; PROUNI em <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>; Programa de Financiamento Estudantil (FIES) em <http://sisfiesportal.mec.gov.br> Acesso em novembro/2015.

9 Decreto 8.659, de 05 de outubro de 1911.

10 Decreto 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Mais do que expressar opiniões, os posicionamentos em torno das políticas de ação afirmativa de recorte racial podem contribuir para se pensar a identidade branca no meio acadêmico, podendo revelar suas principais características. Segundo Maria Aparecida Bento (2002, p.5), “a branquitude é um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade”.

No Brasil atual, a sub-representação de profissionais não-brancos formados em nível superior é fato que não pode ser ignorado ou atribuído exclusivamente à fatores socioeconômicos. Partindo dessa realidade, na qual é preciso subverter a falácia de que “somos todos iguais”, propomos, neste ensaio, uma aproximação ao campo de Estudos Críticos da Branquitude, para pensar o racismo na educação superior brasileira. Estabelecendo pontes teóricas e problematizações, a partir da análise dos resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado em andamento, realizada com o objetivo central de conhecer as percepções de professores sobre eventuais transformações engendradas pela adoção de políticas de ação afirmativa de recorte racial no curso, o texto pretende, em última instância, contribuir para o debate, com vistas a uma educação democrática e antirracista.

### ***Aproximação aos conceitos dos Estudos Críticos da Branquitude***

A definição de branquitude proposta por Bento (2002, p.5) traz elementos fundamentais para a compreensão do que seriam as características da branquitude, enquanto pensada como um lugar de poder e dominação. Nessa perspectiva, a branquitude é explicada como um processo histórico de construção ideológica do poder branco, correlacionada ao projeto moderno de colonização do imperialismo europeu, que se manteve na contemporaneidade com o objetivo de preservar o *status* social branco (CARDOSO, 2008; FRANKENBERG, 2004; SCHUCMAN, 2013; WARE, 2004).

(...) essa história de colonialismo, iniciada há mais de 500 anos, inclui a escravidão, um número incontestável de mortes por opressão ou negligência, a migração forçada, a apropriação de terras, a institucionalização do racismo e a destruição das culturas. Ela transformou a vida de milhões de africanos, americanos, árabes, asiáticos e europeus, e configurou, efetivamente, a estrutura de poder mundial durante todo o século XX e até hoje, apesar do sucesso dos movimentos anticolonialistas de libertação. (WARE, 2004, p.8)

Por mecanismos sociais estruturados no racismo, a suposta superioridade racial branca foi construída de maneira a justificar a discriminação contra os não-brancos. Nesse sentido, o privilégio branco foi naturalizado, assumindo diferentes significados compartilhados culturalmente, em diferentes contextos sociais.

Desde o início do século XX, estudiosos buscaram desvelar a dinâmica entre raça e classe, tal como visto nos trabalhos de W. E. B. Du Bois, Frantz Fanon e Alberti Memmi, contribuindo para os trabalhos que viriam a seguir.

Du Bois (sd., p.39) abordou a história afro-americana e os direitos civis, cunhando o conceito de dupla-consciência do sujeito negro, “esse sentido de sempre olhar a si próprio através dos olhos de outros, de medir um sentimento através da métrica de um mundo que o contempla com divertido desprezo e pena.” Dentre suas contribuições, realizou a análise comparativa entre o trabalhador branco e o negro, postulando que a aceitação do racismo pelos brancos americanos se tratou de uma estratégia de apropriação de bens materiais e simbólicos negados aos trabalhadores negros, em resposta à exploração capitalista. A valorização da branquitude funcionária, portanto, como um salário público e psicológico, sustentado pelos benefícios conferidos apenas aos brancos (ROEDINGER, 2004, p.55-56).

Fanon (1952) tratou da opressão colonial e do racismo que dominou a relação colonizado/colonizador. A consequência da relação de subalternidade para o negro seria a não aceitação de sua autoimagem, conformando-o à ideologia do branqueamento pela rejeição de si próprio, na tentativa de fugir dos estereótipos negativos a ele atribuídos, gerando limites para o alcance de sua condição humana plena. Para o branco, essa relação resultou na constituição de identidades raciais baseadas no sentimento de superioridade em relação aos não-brancos.

Memmi, em 1960, identificou o processo de despersonalização do colonizado, retratado como mau, preguiçoso, débil, desprovido de direitos e de características positivas, visto como uma coletividade e não como indivíduo. “No limite, ambição suprema do colonizador, ele [o colonizado] deveria *passar a existir apenas em função das necessidades do colonizador, isto é, transformar-se em colonizado puro*” (MEMMI, 2007, p.124, grifos do autor).

Os Estudos Críticos da Branquitude surgiram na década de 1990, nos Estados Unidos, como uma virada epistemológica nos estudos sobre raça e racismo. Ao contrário do que ocorria anteriormente, quando apenas o sujeito não-branco era tomado como objeto de pesquisa, estudos multidisciplinares passaram a focar os aspectos culturais,

históricos e sociológicos da identidade branca e do processo de construção social do que foi nomeado *whiteness*, uma ideologia ligada ao status social branco. O poder simbólico da branquitude passou, assim, a ser estudado pelo “exame rigoroso de acadêmicos e ativistas que trabalham em diferentes contextos nacionais” (WARE, 2004, p.8), em especial na África do Sul, Estados Unidos e Reino Unido.

Entendida como uma estratégica retórica, a branquitude tem sido considerada como um produto de formação discursiva que, ao ser nomeada, revela sua posição central e invisível, trazendo à luz seus valores e crenças (NAKAYAMA; KRIZEK, 1995).

Frankenberg (2004, p. 313) coloca em questão a invisibilidade e a não-marcação da identidade branca, argumentando que “é lícito sugerir que a branquitude é muito visível para os homens e mulheres de cor, mesmo quando os ‘microclimas culturais’ permitem que esse conceito desapareça da visão de alguns brancos, diluindo-se numa falsa universalidade.” Segundo seu ponto de vista, a branquitude se encontra, na realidade, em um estado contínuo de se esconder e se revelar, desde os primórdios do projeto de colonização europeia.

No Brasil, os estudos de Oracy Nogueira, nos anos 1950, contribuíram para a compreensão da situação racial brasileira. Considerando a dinâmica das situações raciais encontradas no Brasil e nos EUA, Nogueira (2006) cunhou os termos *preconceito de marca* e *preconceito de origem* para designar, respectivamente, o tipo de preconceito encontrados nesses países. O preconceito de marca sofreria influências diretamente proporcionais aos traços negroides dos sujeitos e inversamente proporcionais ao tamanho do grupo discriminado e de seu nível social, o que explicaria as características dissimuladas, intermitentes e disfarçadas do preconceito racial no Brasil.

Onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir [...] No Brasil, os próprios sociólogos que têm estudado o problema se veem em dificuldade quanto à distinção entre os efeitos do preconceito de classe e do preconceito de cor em relação aos pretos e pardos (NOGUEIRA, 2006, p.303).

Para Alberto Guerreiro Ramos (1995), a ciência social brasileira cometeu equívocos ao tratar da questão do negro de maneira alienada, tomando como referência os padrões brancos europeus e fazendo com que o seu objeto de estudo, o negro, fosse transformado em problema, por discrepar da norma estabelecida. Em suas palavras:

Nessas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia

que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência. (GUERREIRO RAMOS, 1995, p.192)

Com influências nacionais e internacionais, os Estudos Críticos da Branquitude surgiram no Brasil a partir de meados dos anos 1990 (JESUS JUNIOR, 2003, p.215), por meio das pesquisas de Iray Carone, voltadas à compreensão do processo de construção da identidade branca e do legado do branqueamento na sociedade brasileira. Em colaboração com Carone, Maria Aparecida Bento (2002) buscou compreender as desigualdades raciais nas relações de trabalho e apontou para a existência de um acordo tácito entre brancos, ao que chamou de pacto narcísico. Caracterizado pela omissão e silêncio a respeito da situação dos negros no ambiente de trabalho, esse pacto teria a função de manutenção e de não reconhecimento dos próprios privilégios, conferidos pela estrutura social racista.

Cardoso (2008, p.175) apontou a escassez do branco enquanto tema na sociologia brasileira e propôs, para a superação do racismo, a necessidade de se evidenciar aspectos da identidade branca:

O negro, ao reconstruir sua identidade racial, geralmente, elimina o traço de inferioridade que é atribuído à negritude (Munanga, 1988: 57-79). O branco poderia agir de forma semelhante, ao reconstruir sua branquitude, expurgar o traço de superioridade. Considero que mais importante do que a abolição da raça é a supressão do racismo.

Segundo Cardoso (2010), as pesquisas no Brasil têm se limitado a investigar ao que denominou branquitude crítica, aquela que desaprova o racismo, mas continua a se beneficiar, de maneira consciente ou inconscientemente, dos privilégios conferidos aos brancos. Para a transformação dessa realidade, defende a análise da branquitude acrítica, que argumenta a favor da superioridade branca.

Schucman (2013) analisou como a ideia de raça e os significados da branquitude são apropriados e construídos por sujeitos brancos na cidade de São Paulo, para pensar as diferenças e hierarquias internas a esse grupamento social. Buscou, assim, identificar maneiras de superação da branquitude acrítica, sugerindo que a aquisição de *racial literacy*<sup>11</sup> (TWINE, 2006) pode ser um caminho para a construção de “fissuras entre a brancura e a branquitude” (p.171), com vistas à desconstrução do racismo.

O trabalho de Ana Amélia de Paula Laborne (2014) incluiu entrevistas com um grupo de intelectuais classificados e/ou autodeclarados como brancos, sujeitos

---

<sup>11</sup> Racial Literacy, ou letramento racial, é um conceito proposto por France Winddance Twine (2006), a partir de sua pesquisa com famílias interracialis na Inglaterra, definido como uma forma de socialização racial e treinamento antirracista por meio de um conjunto de práticas que possibilita perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social.

identificados como pesquisadores do campo das relações raciais no Brasil. Por essa via, nos apresenta análises voltadas para as experiências, as trajetórias acadêmicas e as percepções desses interventores. Os temas da mestiçagem e o ideal da branquitude fazem parte do escopo teórico adotado para alcançar uma maior compreensão das idiossincrasias de suas respectivas atuações.

Em linhas gerais, vimos como os estudos realizados no Brasil, ampliam, por exemplo, os achados de Michael Apple (2001, p.62) sobre a presença ausente da raça nos políticas educacionais. Conforme indica o autor, as dinâmicas raciais têm histórias próprias e são autônomas, participam em outras dinâmicas envolvendo classe, realidades coloniais e pós-coloniais: “operam de modo sutil e poderoso mesmo quando elas não se encontram claramente nas mentes dos atores envolvidos”.

O Dossiê Branquitude<sup>12</sup> (2014), organizado por Cardoso e Schucman, dá a dimensão do desenvolvimento atual das pesquisas no país. A partir de conceitos ligados a esse campo de estudo, voltaremos a atenção para a educação, na tentativa de estabelecer conexões teóricas que possam contribuir para o entendimento da realidade educacional e sua relação com identidade branca no ensino superior, a partir da adoção das políticas de ação afirmativa de recorte racial.

### ***Por que falar de racismo e de branquitude na educação superior?***

A realidade dos casos de racismo e a necessidade de avaliação das políticas públicas de acesso ao ensino superior nos convocam a pensar nos possíveis impactos nos cursos e nas instituições federais. Com esse objetivo, um projeto de doutorado vem sendo desenvolvido em uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro, tomando como sujeitos da pesquisa professores/as de um curso de graduação de alto prestígio social, com vasta experiência na docência, na gestão acadêmica e em colegiados, que foram convidados à expor suas percepções sobre o tema. Quais transformações e aprendizados estariam sendo observados? Quais demandas identificadas? Haveria algum impacto nas relações interpessoais, em especial, nas relações entre os atores sociais brancos e não-brancos? Estariam ocorrendo casos de racismo ou discriminação racial?

---

12 Dossiê Branquitude, organizado por Schucman e Cardoso, publicado no v. 6, n. 13, março.- junho, 2014. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/issue/view/16/showToc>.



De uma maneira geral, a recepção da pesquisa foi positiva, refletida em um alto índice de aceitação dos convites e na rápida disponibilização de agenda para a realização das entrevistas semiestruturadas. Os quatorze sujeitos entrevistados se dispuseram a responder as perguntas formuladas, sendo que apenas um deles negou a existência de problemas de ordem racial na sociedade brasileira, insistindo em substituir a palavra racial por social ou socioeconômica, todas as vezes que era pronunciada pela entrevistadora. Mesmo admitindo a pertinência do tema proposto, a maioria dos/as entrevistados/as naturalizou as desigualdades educacionais, justificando-as como devidas às assimetrias socioeconômicas incontornáveis da sociedade brasileira, que resultariam em oportunidades desiguais de acesso à educação, sem admitir influências de determinantes raciais nessa realidade.

Os sujeitos de pesquisa reconhecem a qualidade do curso, atribuída ao fato de receberem os melhores estudantes “por mérito”, especialmente quando a universidade dispunha de mecanismos próprios de seleção. Por esse ponto de vista, a seleção pelo ENEM foi apontada como a grande responsável pela modificação no perfil estudantil do curso, mais do que pela existência de cotas sociais ou raciais. Ao descrever o alunado tradicional do curso, os/as entrevistados/as se referiam, reiteradamente, a uma “elite” oriunda de famílias com recursos materiais para manter seus filhos e filhas sem trabalhar ou se preocupar com questões cotidianas, como alimentação ou moradia, condição considerada ideal pela maioria. Há controvérsias quanto à qualidade do ensino, se haveria caído, ou não, após a adoção do ENEM ou com a chegada dos cotistas. Parte dos entrevistados sugeriu a realização de um estudo comparativo de desempenho acadêmico, para dirimir essas dúvidas. Outro ponto de destaque foi a percepção dos sujeitos sobre a origem geográfica dos estudantes, antes identificados, majoritariamente, como da “zona sul” da cidade e, a partir do ingresso pelo ENEM, genericamente nomeados de “nordestinos”, identificados por seus sotaques.

Por uma análise inicial, é possível falar que os/as entrevistados/as relatam perceber as vozes dos seus alunos e alunas, marcadas pela estranheza dos sotaques, mais do que notam a coloração da pele de seus estudantes. Alguns admitem que a sala de aula está “mais colorida”, que há uma maior diversidade racial, que supostamente estaria “enriquecendo” o ambiente acadêmico, sem aprofundar o que isto significa, efetivamente. Alguns sujeitos afirmam “não enxergar” a cor da pele de seus estudantes, dado ao fato de que isso “não importa” no ambiente de aprendizado, já que “todos são iguais”. Apesar de ouvirem as vozes marcadas pela diferença, chama a atenção o fato de não perceberem, no

ambiente acadêmico, manifestações e demandas específicas dos grupamentos sociais compostos por estudantes negros, denominados coletivos negros, atuantes na universidade e no curso. Algumas referências foram feitas a respeito da estética negra, especificamente sobre a presença de estudantes com “cabelos afro”, percebidos como estratégias afirmativas da presença de estudantes não-brancos no curso.

Um ponto destacado pelos/as entrevistados/as é o da insuficiência dos programas de assistência estudantil e da crise financeira e política que abate as universidades brasileiras, como afetando a permanência e ao êxito acadêmico dos estudantes em geral, independente se cotistas ou não, e colocando em risco os objetivos de inclusão social previstos nas políticas de ação afirmativa.

Com relação aos casos de racismo no curso e/ou na instituição, a maioria dos sujeitos negou a existência de situações dessa natureza. Como estratégia metodológica, foi proposta a leitura de uma notícia de jornal, na fase final da entrevista, sobre um caso de racismo contra cotistas, ocorrido na sala de aula de uma universidade federal, que resultou em demissão do professor. Notou-se que, após a leitura, boa parte dos sujeitos trouxe à memória exemplos de situações racistas no curso, contradizendo alguns posicionamentos e falas anteriores, no transcorrer da entrevista. Segundo suas percepções, as denúncias de casos de racismo e de outros tipos de opressão não estariam sendo formalizadas por receio de represálias, em especial quando o/a agressor/a ocupa uma posição social hierarquicamente superior, ou seja, quando existe uma assimetria de poder entre as partes envolvidas, como na relação tradicional entre professores e estudantes.

Na perspectiva dos Estudos Críticos da Branquidade, as impressões iniciais dos dados apresentados nos incitam a transformar a pergunta formulada no subtítulo desta seção em uma afirmação. É preciso falar do racismo e da branquitude na educação superior, na tentativa de mostrar suas conexões.

### ***Considerações finais***

Apesar de estarmos na fase inicial de análise dos dados, pode-se afirmar que, de maneira semelhante ao que vem sendo descrito por pesquisadores/as que se dedicam aos Estudos Críticos da Branquitude, os resultados preliminares indicam uma não-nomeação (NAKAYAMA; KRIZEK, 1995), uma presença/ausência de um sujeito supostamente invisível - ora oculto, ora aparente (CARDOSO, 2008; FRANKENBERG, 2004), um

silenciamento a respeito do tema (BENTO, 2002), com o objetivo consciente, ou inconsciente de preservação dos privilégios históricos da presença branca na educação brasileira. Lidamos, assim, com um personagem que ocupa os bancos escolares de maior prestígio social, nomeado como membro de uma “elite”, que desloca a discussão com argumentos amparados nas desigualdades socioeconômicas, enquanto mantém encobertas as questões raciais que operam nessa realidade.

Se, por um lado, as opiniões contrárias à adoção das políticas de ação afirmativa de recorte racial ainda estão presentes no ambiente acadêmico, por outro, o ensino superior brasileiro tem sido questionado como “uma das instâncias mais elitistas da nossa organização social” (PAIVA, 2010, p.7). Nesse contexto, os estudantes beneficiários das políticas de ação afirmativa ainda carregam as expectativas de insucesso acadêmico atribuídos a sua origem social e/ou racial (VALENTIM, 2012), como também observamos nos dados da pesquisa em andamento. Por mais que estudos realizados por setores responsáveis pelo acompanhamento e implantação de políticas afirmativas nas Instituições de Ensino (TRESOLDI et al, 2015) ou por seus pesquisadores (CAMPOS; FRAGOSO, 2016) demonstrem não existência de diferença significativa de desempenho acadêmico entre estudantes cotistas e não cotistas, as ideias pré-concebidas da falta de preparo dos estudantes e da perda de qualidade do ensino persistem, deixando à vista suas conexões com os valores e práticas da branquitude, enquanto lugar de poder e dominação (BENTO, 2002), preservado por mecanismos excludentes do racismo estrutural das universidades brasileiras.

Por isso, e por sua recente implantação, as políticas afirmativas de acesso à graduação devem ser analisadas, não apenas para a compreensão de sua eficácia em promover o acesso das minorias sociais ao ensino superior, mas, também, por seus efeitos sobre as relações raciais no ambiente acadêmico, como parte da estratégia de combate ao racismo e de qualquer forma de opressão, discriminação e preconceito, por meio de práticas pedagógicas e de gestão antirracistas.

Os efeitos do racismo na realização das oportunidades educacionais e culturais dos indivíduos e grupamentos sociais não-brancos foram amplamente demonstrados, desde o final da década de 1970 (HASENBALG, 1979). Contudo, é frequente perceber, nos discursos sobre cotas raciais, concepções fundadas na responsabilização da população preta e parda (negra) por sua própria condição. Além de naturalizar a desigualdade social e ocultar seus determinantes raciais, os elementos discursivos utilizados trazem à superfície características que podem ser atribuídas à identidade branca brasileira, em sua

forma de branquitude acrítica (CARDOSO, 2010). A defesa do mérito acadêmico e o receio de perda da qualidade do ensino, ideias que ainda ecoam na sociedade, apesar da manutenção do processo seletivo e classificatório do ENEM, e da demonstração, por meio de estudos comparativos, que os resultados acadêmicos de estudantes beneficiários e não-beneficiários das políticas de “cotas” não apresentam diferenças estatisticamente significativas (referência), são exemplos de lógicas que podem estar encobrendo a tentativa de manutenção dos privilégios persistentes da população branca no país. Tais fatos sugerem a persistência do quesito racial – ou seja, do racismo e do preconceito racial – nas opiniões emitidas por agentes sociais, quando o assunto diz respeito a condições mais igualitárias de acesso às posições de prestígio social e a bens e serviços. Daí a necessidade de ampliação do escopo dos Estudos Críticos da Branquitude, para a identificação das situações nas quais o racismo opera em detrimento da população não-branca.

Mesmo considerando o histórico papel social das universidades na formação das elites dirigentes, majoritariamente brancas, as transformações sociais ocorridas no Brasil, nos últimos anos, demandam novos posicionamentos, em especial quando se trata da disputa pelo escasso recurso da educação pública e gratuita em nível superior. Daí a urgência em se implementar uma educação antirracista desde a mais tenra idade, por meio de processos educacionais críticos-reflexivos calcados, por exemplo, nos princípios do letramento racial proposto por Twine (2006).

O tema da redação do ENEM 2016, *Caminhos para o combate do racismo no Brasil*<sup>13</sup>, pode ser um alento para aqueles que buscam alternativas educacionais para a desconstrução, reconstrução e ressignificação das identidades brancas, de maneira que sejam livres de práticas racistas. Reflexões dessa natureza, na “porta de entrada” para o ensino superior podem, simbolicamente, indicar a possibilidade de renovação do ar e da entrada de luz em um ambiente marcado pela tradição e pelo elitismo, contribuindo para o reconhecimento e para o deslocamento das lógicas racistas ainda presentes, abrindo caminhos para a reeducação das relações raciais no ambiente acadêmico, com reflexos na sociedade brasileira.

---

13 Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/12/racismo-e-tema-central-da-redacao-do-enem>. Acesso em: 16/12/2016.

### **Referências Bibliográficas**

APPLE, Michael W. Políticas de direita e branquitude: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2001, n.16, pp.61-67.

BARROS, A. da S. X. Vestibular e ENEM: um debate contemporâneo. *Ensaio: acal. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.22, n.85, p. 1057-1090, out./dez. 2014.

BENTO, M. A. da S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público.* (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.

BRASIL. IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais (SIS)*, 2015. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CAMPOS, M.B.L.C.; FRAGOSO, A. R. F. Desempenho acadêmico dos alunos cotistas da Universidade de Pernambuco – campus Santo Amaro. *Universidade e Sociedade*, ANDES-SN, n.57, p. 126-135, jan. 2016.

CARDOSO, L. *O branco “invisível”*: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

\_\_\_\_\_. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Rev. Latinoam. Cienc. Soc. Niñez Juv*, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARONE, I.; BENTO, M. A. da S. (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

CHARLE, C.; VERGER, J. *História das Universidades.* São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

DAFLON, V. T.; FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, v.43, n.148, p.302-327, jan./abr. 2013.

DU BOIS, W. E. B. *As almas do Povo Negro*. Tradução e notas COSTA, José Luiz Pereira da. Sd.

FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Trad. Alexandre Pomar, Porto: Edição A. Ferreira, s/d[1952].

FERES JUNIOR, J.; CAMPOS, L. A. O “Discurso Freyreano” sobre as cotas raciais: origem, difusão e decadência. PAIVA, Angela Randolpho (Org.) *Ação Afirmativa em Questão: Brasil, Estados Unidos, África e França*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, Pallas Ed., 2013, p. 116-148.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, W. (Org.) *Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p 307-338.

FRY, P. *A Persistência da Raça: Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GATTI, B. A. Vestibular e Ensino Superior nos anos 70 e 80. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.80, p.87-90, fev. 1992.

GUIMARÃES, A. S. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *Preconceito Racial: modos, temas e tempos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GUERREIRO RAMOS, A. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957], p. 163-202.

HASENBALG, C. *Discriminação e Desigualdades no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JESUS JUNIOR, A. G. de. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. *Psico-USF*, v. 8, n. 2, p. 215-216, Jul./ Dez. 2003.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. *Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2014 (Tese de doutorado).

MACHADO, Elielma Ayres; SILVA, Fernando Pinheiro da. Ações Afirmativas nas Universidades Públicas: o que dizem os editais e manuais. In: PAIVA, Angela Randolpho. *Entre dados e fatos: Ação Afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, Pallas, 2010, p. 19-50.

- MAGGIE, Y; FRY, P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, v.18, n.50, p.67-80, 2004.
- MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador, 2007. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes.
- MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: História e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n.117, p. 197-217, Nov., 2002.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto (Org.) *Cadernos PENESB*, Niterói: EdUFF, n.5, p.15-34, 2004.
- \_\_\_\_\_. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? *Revista da ABPN*, v.4, n.8, p. 06-14, Jul./Out., 2012.
- NAKAYAMA, Thomas K.; KRIZEK, Robert L. Whiteness: A Strategic Rhetoric. *Quartely Journal of Speech*, 81, p. 291-309, 1995.
- NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. *Estudos Avançados*, n. 18, v. 50, p. 209-224, 2004.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, USP, v.19, n.1, 2006 [1954].
- PAIVA, A. R. *Entre dados e fatos: Ação Afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, Pallas, 2010, p. 7-18.
- PINTO, A.V. *A questão da universidade*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.
- PIZA, E. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 97-125.
- ROEDINGER, D. R. Sobre autobiografia e teoria: uma introdução. In: WARE, W. (Org.) *Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 41-62
- SCHUCMAN, L.V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: AnnaBlume, 2013.

TRESOLDI, T.; SIMÕES, L. J.; NABARRO, E.; POLIDORI, M.M. Análise de desempenho acadêmico de estudantes com ingresso por reserva de vagas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRJ). Anais do Simpósio Avaliação da Educação Superior da UFRGS. 17 e 18 de setembro de 2015, Porto Alegre, RS.

TWINE, F. W. A White side of black Britain: The concept of racial literacy. *Ethnic and Racial Studies*, v. 27, n.6, p. 878-907, 2006.

VALENTIM, D. F. D. *Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico*. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2012.

WAGLEY, C. *Race and Class in Rural Brazil: a UNESCO Study*. 2ª Ed. New York: International Documents Service Columbia University Press, 1963 [1952].

WARE, V. O poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. In: WARE, W. (Org.) *Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 7-40.